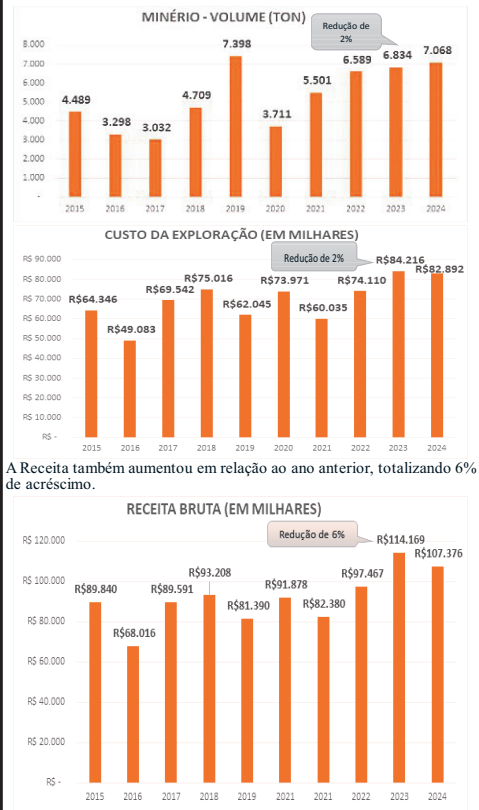


COMPANHIA MINERADORA DO PIROCLORO DE ARAXÁ - COMIPA

CNPJ: 17.806.779/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2024 a COMIPA - Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá, obteve um aumento de 3% no volume de minério faturado. O custo de exploração obteve uma redução em função da redução no preço do diesel e melhora na eficiência operacional, ficando em R\$ 15/t contra R\$ 17/t em 2023. A movimentação de estéril foi de 1 milhão de toneladas em 2024 (1,8 milhões de toneladas em 2023). A previsão para 2025 é uma movimentação de minério de 8,1 milhões de toneladas.



A Receita também aumentou em relação ao ano anterior, totalizando 6% de acréscimo.



A COMIPA encerra o exercício com um Resultado Líquido de R\$ 4 milhões, com uma redução de 29% em relação ao ano anterior.

CONTABILIDADE
A Controladoria da COMIPA engloba todos os processos da Contabilidade, Fiscal, Financeiro, Departamento Pessoal e Gestão Orçamentária. Além disso a Controladoria da COMIPA é responsável pela gestão e centralização dos dados e informações gerados em todos os fluxos e processos internos, trazendo maior eficiência e eficácia a geração de informações, com mais confiabilidade, transparência e fidedignidade. Cumpre além disso, integrar todos os processos e departamentos da Companhia, ganhando assim maior sinergia entre as áreas, com as informações sendo processadas de forma centralizada em tempo real, fornecendo assim maior autonomia e independência, de forma clara e objetiva. A Comipa através do departamento de Controladoria busca constantemente se reinventar, trazendo novas soluções e tecnologias, para se adequar aos novos desafios e demandas. A Controladoria também é responsável pelo planejamento, gestão e controle orçamentários. Subsidiando e fornecendo ferramentas aos gestores para que o acompanhamento e controle do orçamento seja feito de forma eficiente e assertiva. Reporta aos Diretores, sócios e entes públicos e privados, todas as informações financeiras, econômicas, contábeis e fiscais, além de dados e informações estratégicas. O SAP Business One, é nossa principal ferramenta corporativa, um sistema de controle e gestão integrada, que representa o que há de melhor em soluções tecnológicas, um software que é referência mundial. Nossa plataforma de Folha de Pagamento, RH, Segurança e Medicina do Trabalho é a Starsoft, um software homologado SAP. **PROGRAMA NOSSO BUDGET 2025**
Programa de gestão orçamentária que visa a construção de cenários econômico-financeiros, projeções de resultados, análise de investimentos, bem como o controle efetivo e eficaz de gastos através do planejamento, execução e controle orçamentários, gerando maior previsibilidade e subsidiando a Companhia no atingimento dos seus objetivos estratégicos. O programa “Nosso Budget” está alinhado com a estratégia e princípios da COMIPA. Sendo assim, além de garantir a manutenção da estabilidade econômico-financeira, mantém a Companhia alinhada com seus obje-

Resumo das emissões totais:

GEE	Em toneladas do gás				Em toneladas de CO ₂ equivalente (tCO ₂ e)			
	Escopo 1	Escopo 2 - Abordagem baseada na localização	Escopo 2 - Abordagem baseada na escolha de compra	Escopo 3	Escopo 1	Escopo 2 - Abordagem baseada na localização	Escopo 2 - Abordagem baseada na escolha de compra	Escopo 3
CO ₂	6.615,864	3,486	0,000	127,847	6.615,864	3,486	0,000	127,847
CH ₄	0,391	0,000	0,000	0,009	10,948	0,000	0,000	0,252
N ₂ O	0,047	0,000	0,000	0,008	12,455	0,000	0,000	2,120
HFC	0,001	0,000	0,000	0,000	1,058	0,000	0,000	0,000
PFC	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
SF ₆	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
NF ₃	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Total					6.640,325	3,486	0,000	130,219

Emissões por categoria:

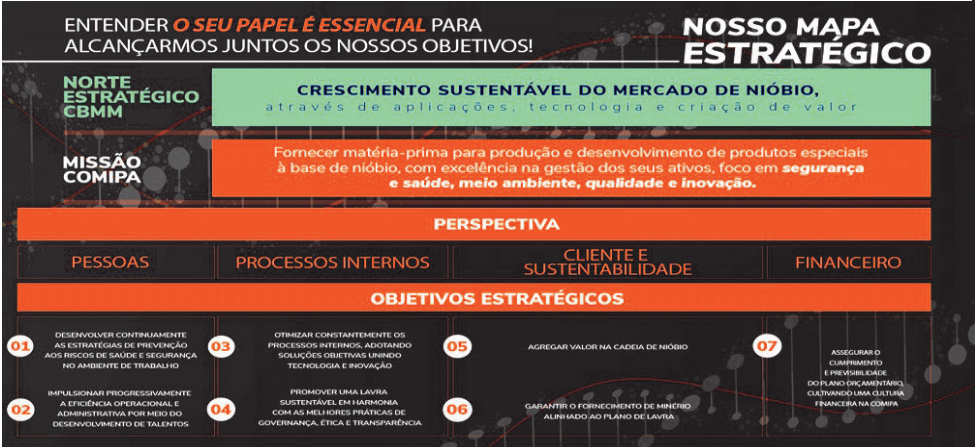
Categoria	Emissões (tCO ₂ e)	Emissões de CO ₂ biogênico (t)	Remoções de CO ₂ biogênico (t)
Combustão móvel	6.608,126	684,623	0,000
Combustão estacionária	31,141	3,227	0,000
Fugitivas	1,058	0,000	0,000
Total	6.640,325	687,850	0,000

SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO
O Sistema Integrado de Gestão é a estrutura para desenvolver e suportar metodologicamente a companhia na gestão dos riscos, gestão das mudanças, gestão para resultados e no Planejamento Estratégico 2021-2023. As atividades do SIG COMIPA são ratificadas através dos certificados nas normas ISO 9001, 45001 e 14001 em suas versões atuais. Com foco nas melhores práticas de governança, a COMIPA certificou na norma internacional NBR ISO 37001:2017.Desenvolvida para ajudar organizações a implementar um Sistema de Gestão Antissuborno (SGAS). Ela especifica uma série de medidas que a organização pode implementar para ajudar a prevenir, detectar e abordar suborno. **1. Gestão dos Riscos**
Adoção de metodologias, ferramentas e controles adequados para longevidade do negócio, alinhados aos objetivos do Sistema Integrado de Gestão; **2. Gestão Mudanças**
Assegurar que as mudanças no sistema de gestão sejam planejadas de forma a não afetar os objetivos da organização. **3. Gestão para Resultados**
Formalizar o direcionamento estratégico definido pela alta direção, concentrando a força intelectual de todos os colaboradores, focalizando-a para as metas do Planejamento Estratégico da COMIPA. Desenvolvendo projetos de melhoria e estabilização de resultados. **AUDITORIA EXTERNA E CERTIFICAÇÕES INTERNACIONAIS**
O ABS Quality Evaluations é a empresa responsável pela auditoria externa de qualidade da COMIPA, a mesma está acreditada pelos maiores e mais respeitados órgãos de acreditação do mundo. Esses órgãos reconhecem a experiência e compromisso com a melhoria do desempenho por meio dos sistemas de gestão. O ABS QE é um dos principais contribuidores para o desenvolvimento de normas industriais, nacionais e internacionais. O planejamento e suporte metodológico é promovido pela equipe do Sistema Integrado de Gestão.



PRINCÍPIOS INEGOCIÁVEIS DA COMIPA
Os Princípios Inegociáveis são o conjunto de diretrizes que regem o negócio da COMIPA, e são constituídos por:
• Missão e Política do SIG;
• Visão;
• Valores e “Nosso Compromisso”
Foram definidas pela Alta Direção da Companhia para orientar o Planejamento Estratégico e direcionar as competências e comportamentos, estabelecendo uma unidade entre todas as áreas da empresa.

- MISSÃO**
É o propósito da COMIPA existir. É sua razão de ser;
- POLÍTICA SIG**
Política estabelecida pela Alta Direção formalizando o comprometimento com Segurança e Saúde no Trabalho, Meio Ambiente e Qualidade.
- VISÃO**
É a situação em que a COMIPA deseja chegar nos próximos 5 anos;
- VALORES**
Valores nos quais norteiam a COMIPA, isto é, a maneira como a empresa pretende ser reconhecida pelas partes interessadas.
- NOSSO COMPROMISSO**
É o conjunto de competências e comportamentos desejados, alinhados aos Valores da COMIPA.



Balancos patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 - Em milhares de reais			
Ativo	Nota	2024	2023
Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	5	59	375
Títulos e valores mobiliários	5	18.859	16.476
Contas a receber de clientes	6	3.310	3.310
Estoque	7	295	211
Impostos a recuperar	7	2.574	3.152
Outros ativos		244	259
Total dos ativos circulantes		22.032	23.783
Não circulantes			
Impostos diferidos	19	5.993	6.124
Depósitos judiciais	8	4.836	576
		10.829	6.700
Imobilizado	9	44	55
Total dos ativos não circulantes		10.873	6.755
Total dos ativos		32.905	30.538

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 - Em milhares de reais			
	Nota	2024	2023
Receita líquida	16	100.815	103.608
Custos dos produtos vendidos	17	(82.892)	(84.216)
Lucro bruto		17.920	19.392
Despesas administrativas	18	(13.165)	(11.563)
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas	18	(634)	(2.371)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		4.122	5.457
Receitas financeiras		1.637	1.689
Despesas financeiras		(463)	(466)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		5.296	6.680
Imposto de renda e contribuição social corrente	19	(1.145)	(2.077)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(130)	1.047
Lucro líquido do exercício	20	4.021	5.650
Lucro líquido por ação (R\$ / 1.000 ações)	20	10,95	15,39



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
O Sistema Integrado de Gestão da COMIPA, tem como objetivo a busca constante da eficiência dos processos, gestão dos riscos e identificação de oportunidades, por meio de métodos de gestão que auxiliam a companhia no atingimento dos seus objetivos estratégicos, gerando valor para empresa. O Planejamento tem como premissa a Visão da Companhia, ela está alinhada aos requisitos identificados por cada parte interessada do negócio (Acionista, Cliente, Fornecedores, Funcionários, Comunidade e Órgãos Governamentais). Abaixo segue a ilustração do Mapa Estratégico da COMIPA. O que priorizamos em nossa estratégia:
1. Segurança como Valor;
2. Cliente no centro (Customer Centric);
3. Mindset Ágil;
4. Monitoramento dos Objetivos Estratégicos;
5. Desdobramento da estratégia no plano tático e operacional. **SEGURANÇA COMO VALOR**
O Sistema Integrado de Gestão da COMIPA, tem como objetivo a busca constante da eficiência dos A COMIPA tem o compromisso de sempre buscar o caminho da evolução e alta performance aliada ao bem-estar do funcionário. Dentro desse cenário, vamos lançar o Programa Segurança Como Valor. A COMIPA acredita que a prevenção e percepção de riscos são prioridade para a companhia. E durante o próximo ano teremos várias ações para promoção do comportamento seguro. O foco principal desse programa são os funcionários, afinal, são eles que fazem toda essa engrenagem funcionar e neste ano que se inicia, iremos desenvolver o aspecto comportamental da equipe para que a segurança seja indispensável durante todas as atividades.

COMPANHIA MINERADORA DO PIROCLORO DE ARAXÁ - COMIPA				
CNPJ: 17.806.779/0001-30				
Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2024 e de 2023				
Em milhares de reais				
	Nota	2024	2023	
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do IR e da contribuição social	5.296	6.680		
Ajustes p/conciliar o lucro do período ao caixa oriundo das atividades operacionais:				
Depreciação	9	11	14	
Provisões para contingências	8	1.354	1.463	
Atualização de depósitos judiciais	8	(70)	(80)	
Provisões de benefício pós emprego	14	(1.600)	(2.780)	
Rendimentos de aplicações em títulos e valores mobiliários		(1.349)	(1.547)	
		3.582	3.750	
Aumento(redução) nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	3.310	2.941		
Estoques		(85)	(31)	
Impostos a recuperar		578	1.566	
Depósitos Judiciais		(4.189)	385	
Outros ativos		15	(61)	
		(371)	4.800	
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	1.293	818		
Obrigações trabalhistas e sociais	1.445	1.032		
Obrigações tributárias	128	384		
Outros passivos		292	(8)	
		3.158	2.226	
Caixa gerado p/atividades operacionais		6.369	8.554	
Tributos pagos sobre o lucro		-	(2.222)	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais				
		6.369	8.554	
Fluxo de caixa das ativ. de investimentos				
Aplicação em títulos e valores mob.	(1.033)	(8.031)		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento				
		(1.033)	(8.031)	
Fluxo de caixa das ativ. de financiamentos				
Dividendos pagos	13	(5.650)	(521)	
Caixa aplicado nas ativ. de financiamentos		(5.650)	(521)	
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		(315)	3	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.1	375	372	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.1	60	375	
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.				
Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 - Em milhares de reais				
1. Contexto operacional				
A Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá - COMIPA ("Companhia" ou "COMIPA"), constituída em 28 de setembro de 1972, é uma sociedade anônima de capital fechado, estabelecida e domiciliada na Avenida Tancredo Neves, nº 30, Bloco A, Vila Silveira, Araxá/MG. Tem por atividade predominantemente a lavra do Pirocloro e outros minerais nas concessões de minas arrendadas e venda do minério extraído. A COMIPA é uma "joint venture" constituída pela Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM e pela Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG, que possuem 49% e 51% de participação de seu capital social, respectivamente. A atividade operacional da COMIPA é desenvolvida, exclusivamente, com a CBMM, conforme detido nas divulgações na Nota 21.				
1.1. Impactos das mudanças climáticas nas informações financeiras				
No que se refere às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração avaliou os efeitos das possíveis mudanças no clima e seus reflexos, e concluiu não existirem impactos a serem reconhecidos nestas demonstrações financeiras em decorrência deste assunto. A Companhia adota iniciativas que contribuem para a redução das emissões, além de promover o uso de energias alternativas em suas operações. Por isso, com foco na sustentabilidade, a COMIPA investe em gestão de riscos climáticos, promovendo o engajamento nas questões sensíveis ao clima, além de buscar sempre oportunidades e estratégias de descarbonização e redução dos impactos ambientais e climáticos.				
2. Base de preparação				
A administração preparou e revisou estas demonstrações financeiras, autorizando sua emissão em 31 de março de 2024. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas conforme pronunciamento técnico CPC PME (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico e valor justo por meio do resultado como base de valor, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras. As políticas contábeis significativas aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados. A preparação dessas demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis, conforme divulgado na Nota 3. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.				
2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação - Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual cada uma das empresas atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional e de apresentação da Companhia, o Real.				
2.2. Uso de estimativas e julgamentos - Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Não houve julgamento crítico na preparação das estimativas apresentadas nas demonstrações financeiras da Companhia. A avaliação da recuperabilidade do contas a receber da CBMM é baseado no histórico de recebimento que comprova a ausência de perdas. Não há, portanto, julgamento relevante envolvido nesta avaliação. As informações sobre incertezas de premissas e estimativas estão incluídas nas notas mencionadas abaixo:				
• Provisões para contingências (Nota 8): a Companhia reconhece provisão para causas ambientais, tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Dentre as provisões para contingências foi reconhecida provisão ambiental que foi estimada com base nas premissas internas da Companhia, também descritas na Nota 8; e				
• Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 19): a Companhia entende que a provisão de imposto de renda e contribuição social diferidos de natureza tributária é apropriada, considerando as premissas de rotatividade, entrada em aposentadoria, composição familiar, mortalidade, hipótese de crescimento dos custos médicos, "aging factor", e variáveis financeiras (como futuros aumentos de salários e custos médicos). O método atuarial adotado para a determinação do valor presente da obrigação de benefício definido e do custo do serviço corrente, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), foi o Crédito Unitário Projetado. A obrigação de benefício resultante é então descontada a um valor presente. A Administração apoia essa estimativa com base na recomendação de atuários independentes.				
3. Resumo das políticas contábeis materiais				
A Companhia apresenta os ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando: (i) deverá ser realizado ou destina-se a ser vendido ou consumido no ciclo operacional normal; (ii) realizado principalmente para fins de negociação; (iii) espera-se que seja realizado no período de doze meses após o exercício do relatório; ou (iv) caixa ou equivalente de caixa, a menos que não seja trocado ou usado para liquidar um passivo por pelo menos doze meses após o exercício do relatório. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como circulante quando: (i) emitido principalmente com a finalidade de negociação; (ii) é detido principalmente para fins comerciais; (iii) deve ser liquidado em até doze meses após o exercício do relatório; ou (iv) não há direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos doze meses após a data do balanço. A Companhia classifica todos os outros passivos como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados como ativos e passivos não circulantes, conforme divulgado na nota explicativa 19.				
3.1. Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata concedida pelo emissor ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os instrumentos que não são elegíveis para a classificação de caixa e equivalentes de caixa, devido à sua liquidez, prazo de vencimento ou mesmo ao risco de mudança de valor, são classificados como títulos e valores mobiliários.				
3.2. Títulos e valores mobiliários - Os títulos e valores mobiliários são montantes cujas premissas para classificação como Caixa e equivalentes de caixa não foram atendidas.				
3.3. Instrumentos financeiros - Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir do momento em que a Companhia se torna parte das exposições contratuais do instrumento. Quando um ativo ou passivo financeiro é inicialmente reconhecido é registrado pelo seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo ou passivo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia, são classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado. Os custos amortizados são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado são aplicações financeiras; contas a receber de clientes e outros ativos. Os Títulos e valores mobiliários estão classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, os quais possuem mercado ativo, sendo possível a mensuração do seu valor justo de forma confiável e sem esforço excessivo, conforme CPC PME (R1). Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável a cursos normais dos negócios e em caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.				
3.4. Imobilizado - O ativo imobilizado é apresentado pelo custo de aquisição, formação, construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando houver probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item puder ser mensurado com segurança. Métodos de depreciação, vidas úteis e valores residuais são revisados a cada data de relatório e ajustados, se aplicável, a terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada para reduzir o custo de itens do imobilizado menos seus valores residuais estimados, usando o método linear ao longo da vida útil e é reconhecida na demonstração do resultado. A vida útil estimada dos bens está mencionada na nota explicativa nº 9. A Companhia realiza anualmente a avaliação de perda no valor recuperável para suas unidades geradoras de caixa, as quais englobam os saldos de ativo imobilizado. A amortização das barragens de rejeitos baseada nos volumes depositados em relação à capacidade total dessas barragens. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada, como segue: • Máquinas e equipamentos 10 anos; • Computadores e periféricos 5 anos; • Móveis e utensílios 10 anos; • Instalações 10 anos. Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são apurados comparando-se o valor da venda com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado na data de alienação na rubrica de Outras receitas (despesas), líquidas".				
3.5. Provisões - Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são atualizadas monetariamente até o final do exercício do relatório para cobrir perdas prováveis, com base na natureza do risco e na opinião dos consultores jurídicos da Companhia. Essas atualizações monetárias são registradas nas receitas (despesas financeiras) vide nota explicativa nº 18. Os ativos contingentes não são reconhecidos pela Companhia e somente são divulgados, caso haja provável recebimento de benefícios econômicos. Se for praticamente certo que os benefícios econômicos serão recebidos, o ativo e o correspondente ganho são registrados nas demonstrações financeiras do exercício correspondente à mudança na estimativa.				
3.6. Receita de contrato com cliente - Conforme o CPC PME, a "Receita de contratos com clientes", trata do reconhecimento de receita e estabelece os princípios para reportar informações úteis para os usuários das demonstrações financeiras acerca da natureza, montante, tempo e incerteza da receita e de fluxos de caixa oriundos dos contratos com clientes da Companhia. A receita é reconhecida quando o cliente obtém controle dos bens ou serviços e, portanto, tem a capacidade de direcionar o uso e obter os benefícios dos bens e serviços. A norma foi efetivada em períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado de maneira confiável, for provável que os benefícios econômicos futuros fluam para as entidades e quando critérios específicos tenham sido atendidos, conforme descrito a seguir. O registro da receita ocorre quando todas as contingências relativas à venda tenham sido resolvidas. A Companhia reconhece a receita de venda de mercadorias assim que o produto é entregue para o cliente; quando o cliente tem total decisão sobre o produto e, quando não há obrigação não cumprida que possa vir a afetar a aceitação do produto pelo cliente. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada nas demonstrações financeiras consolidadas líquida de tributos sobre as vendas, devoluções, abatimentos e descontos, bem como dos efeitos da aplicação do CPC 47.				
3.7. Receitas financeiras e despesas financeiras - A receita financeira é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias.				
3.8. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido - O imposto de renda e a contribuição social do período corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do período. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e as contribuições sociais correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.				
(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes				
A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se os critérios estabelecidos pela norma contábil forem atendidos.				
(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido				
Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no período são reconhecidas como despesa ou receita de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão consideradas os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseada-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se os critérios estabelecidos pela norma contábil forem atendidos.				
3.9. Arrendamentos				
Os arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia, conforme CPC PME (R1). Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.				
3.10. Plano de benefícios a empregados				
a) Benefícios de pensão – obrigações de aposentadoria: As empresas do Grupo operam vários regimes de benefícios de pensão, que são financiados por meio de pagamentos para companhias de seguros e planos de previdência específicos, determinados por cálculos atuariais periódicos. A Nota 14 descreve todos os planos de pensão utilizados pela Companhia.				
b) Benefícios de pensão - multa do FGTS por ocasião de desligamento na aposentadoria: As empresas brasileiras devem, por lei, depositar, no início de cada mês, um valor equivalente a 8% da remuneração total de cada empregado em contas vinculadas abertas para eles no FGTS, administrado pela Caixa Econômica Federal (CEF, esse depósito é um incentivo ou um fundo de indenização que pode ser resgatado pelo empregado quando determinados critérios são atendidos (como a compra do primeiro imóvel para moradia ou a rescisão do contrato de trabalho por parte do empregador). Esses valores depositados pela Companhia são lançados na demonstração do resultado como parte dos custos com folha de pagamento, incluídos em "Despesas administrativas", ou, se relacionados ao pessoal da produção, em "Custo dos produtos vendidos".				
c) Benefícios durante a vida ativa – participação nos lucros e resultados: A Companhia distribui participação nos resultados, com base em um conjunto de parâmetros previamente definidos (produção, produtividade e outras variáveis), mediante acordo coletivo firmado com o Sindicato e homologado no Ministério do Trabalho.				
3.11. Dividendos - A distribuição de lucros para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, de informar intercalar a cada semestre, quando aprovado pela Direção e registrado em ata, os quais serão pagos após aprovação em Assembleia Geral.				

Instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pela operação. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado foi elaborada por meio de informações disponíveis e metodologia de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos e não possui quaisquer operações de "swap" ou similares. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem dos valores contábeis destes, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares. A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se:

4.1. Riscos de crédito - Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das seguintes contas:

	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	5	59	184
Aplicações financeiras	5	-	191
Títulos e valores mobiliários	5	18.859	16.476
Contas a receber de clientes	6	3.310	20.161
		18.918	20.161

Em 31 de dezembro de 2023, as contas a receber de clientes da Companhia são 100% com a CBMM. O risco de crédito de saldos bancários é administrado pelo departamento financeiro da Companhia de acordo com a política preestabelecida pela Administração. Os recursos excedentes são investidos em aplicações financeiras de acordo com a avaliação da gerência responsável. Além do percentual de remuneração e rating atual de cada banco, leva-se em consideração o montante de capital investido na mesma por parte de cada banco ou instituição financeira.

4.2. Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração do risco de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencer, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data das demonstrações financeiras. Esses valores são brutos e não-descontados.

	2024	2023
Fornecedores	4.921	3.628
Dividendos a pagar	4.020	5.650
Outros passivos	220	123
	9.161	9.401

4.3. Risco de mercado - Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

4.4. Risco cambial - Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não estava sujeita ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia, porém ocasionalmente pode efetuar importação de materiais de consumo, tendo por base o Dólar Norte-americano (USD) e o Euro (€). Nestes casos, as taxas de câmbio são pactuadas no ato da compra.

4.5. Risco de taxa de juros - Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia apresentava exposição às variações do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) em suas aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários.

4.6. Determinação do valor justo - Os ativos e passivos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas e as despesas com juros provenientes desses passivos são registradas em despesas financeiras, ambos usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo ou passivo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos(perdas). Os valores justos dos ativos e passivos são mensurados de acordo com a hierarquia de valorização abaixo: • (Nível 1) - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; • (Nível 2) - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e • (Nível 3) - Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

4.7. Instrumentos financeiros por categoria - O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, os quais considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

	2024	2023
Ativos financeiros		
Ativos ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	59	184
Aplicações financeiras	-	191
Contas a receber de clientes	-	3.310
Ativos ao valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários	18.859	16.476
	18.918	20.161
Passivos financeiros		
Passivos ao custo amortizado		
Fornecedores	4.921	3.628
Dividendos a pagar	4.020	5.650
Outros passivos	220	123
	9.161	9.401

Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial referentes às aplicações financeiras são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.

Títulos de valores mobiliários - O fundo de investimento utiliza estratégia de gestão ativa, principalmente nos mercados de taxas de juros e de índices de preço, por meio de exposição nos mercados à vista e/ou derivativos. Adicionalmente, o fundo pode investir até 50% do seu patrimônio líquido em títulos de crédito privado, de emissores classificados como baixo risco de crédito por agência de risco localizada no país. A mensuração a valor justo segue a hierarquia de nível 1.

Contas a receber de clientes e fornecedores - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante.

5. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

5.1. Caixa e equivalentes de caixa - A seleção da modalidade de aplicação dos recursos da Companhia é realizada dentro de um perfil conservador, em títulos e fundos de renda fixa, de baixo risco de mudança de valor e limites, sendo comprometida e de resgate imediato sem perdas para a Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as referidas aplicações financeiras tiveram rendimento médio equivalente a 85% do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI (85% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

	2024	2023
Caixa e bancos conta movimento	59	184
Aplicações financeiras	-	191
	59	375

5.2. Títulos e valores mobiliários

	2024	2023
Títulos e valores mobiliários	18.859	16.476

Os Títulos e valores mobiliários referem-se a fundos de investimentos do Banco Itaú. Esse montante tem destinação específica para pagamento de provisões para contingências para compensações ambientais, conforme divulgado na Nota 8. Por sua vez, estas aplicações financeiras e seus respectivos rendimentos são classificados no ativo circulante. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o fundo teve rentabilidade de 13,29%, os rendimentos foram de aproximadamente 97,89% do CDI (101,88% do CDI em 31 de dezembro de 2023). A exposição da Companhia a riscos de crédito e taxas de juros para ativos e passivos financeiros é divulgada na Nota 4.

6. Contas a receber de clientes

Refere-se à recebíveis pela venda do pirocloro e podem ser assim demonstrados:

	2024	2023
Contas a receber de clientes - CBMM	-	3.310

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía contas a receber de clientes, todas as notas emitidas em dezembro foram recebidas dentro do exercício.

7. Impostos a recuperar

A sistemática da não-cumulatividade para o PIS e para a COFINS foi introduzida na legislação tributária brasileira nos anos-calandário de 2002 e 2003, respectivamente, por meio da publicação das Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003. De acordo com este regime de tributação, é permitido ao contribuinte o aproveitamento de créditos dos referidos tributos calculados sobre determinados dispêndios incorridos no decorrer de suas atividades. A Companhia compensou integralmente os tributos da esfera federal, sendo exclusivamente PIS/COFINS sobre faturamento. Em 2024 a Companhia contratou consultoria especializada para avaliação de incentivos fiscais relacionados à Lei 11.196/05 (Lei do Bem), relativos à pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica. Sendo assim, foi considerado o elegível o projeto da campanha de sondagem, gerando crédito tributário, que serão compensados conforme legislação vigente.

	2024	2023
Impostos a recuperar	2.574	3.150

COMPANHIA MINERADORA DO PIROCLORO DE ARAXÁ - COMIPA									
CNPJ: 17.806.779/0001-30									
Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 - Em milhares de reais (continuação...)									
ximo de três anos - ou prazo remanescente para conclusão do nível escolar no qual o beneficiário está matriculado sem custo adicional além da coparticipação. O benefício poderá ser extensivo aos demais dependentes, mediante avaliação discricionária e aprovação da Companhia. A Companhia contrata empresa especializada para emitir o laudo atuarial anualmente, para cada fechamento de exercício, além disso, trimestralmente são emitidos relatórios atualizados. A Administração avalia trimestralmente a mensuração do passivo atuarial e os fatores que podem gerar impactos relevantes nos valores registrados, valores não relevantes não são registrados. O método atuarial adotado para a determinação do valor presente da obrigação de benefício definido e do custo do serviço corrente, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1)/IAS 19, foi o Crédito Unitário Projetado, com atribuição de todos os parâmetros realizados pela Companhia em conexão com seus consultores atuariais independentes. O objetivo deste método é calcular o compromisso atuarial de cada beneficiário do programa, conforme ele se acumula ao longo do tempo. A Administração entende que mantém níveis de capital suficientes para honrar as obrigações ora assumidas e que o nível de provisionamento dessas obrigações é dinâmico e suficiente, podendo ser ajustado à medida que os benefícios ora concedidos também o sejam. A situação de capitalização e os valores para as obrigações de benefícios a conceder são baseados no relatório de atuários independentes e estão demonstrados a seguir:									
Benefícios pós emprego	2023	Adi- cões	Rever- sões	Baixas	2024				
	5.876	-	(1.660)	-	4.216				
Total	5.876	-	(1.660)	-	4.216				
Benefícios pós emprego	2023	Adi- cões	Rever- sões	Baixas	2024				
	8.656	-	(2.780)	-	5.876				
Total	8.656	-	(2.780)	-	5.876				
Saldo no início do exercício					2024	2023			
					5.876	7.627			
Custo do plano					405	389			
Custo financeiro					457	639			
Benefícios pagos pela Companhia					(431)	(813)			
Remensurações atuariais					(2.091)	(1.966)			
					4.216	5.876			
As premissas atuariais significativas utilizadas para a determinação do passivo atuarial são os seguintes:									
		2024		2023					
Taxa de desconto anual	10,86% a 10,94%		9,64% a 9,71%						
Taxa anual de inflação	3,89%		3,82%						
Tx de inflação médica(HCCTR)	8,75%		8,75%						
Taxa de crescimento dos custos de saúde (Aging factor)	1,25% a 4,50%		1,25% a 4,50%						
Turnover	2,50%		2,50%						
As principais variações nos saldos decorrem da mudança de premissas atuariais, principalmente da variação da taxa de desconto, bem como das hipóteses demográficas e financeiras.									
15. Patrimônio líquido									
15.1. Capital social - Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital social da Companhia é representado por 408.000.000 (quatrocentos e oito milhões) de ações totalmente subscritas e integralizadas sem valor nominal, todas normativas e assim distribuídas por categoria: • 367.200.000 ações ordinárias, • 20.808.000 ações preferenciais classe “A”, • 12.648.000 ações preferenciais classe “B”, • 7.344.000 ações preferenciais classe “C”. As ações preferenciais, no caso de liquidação da									
Companhia, terão prioridade no reembolso do capital, na seguinte ordem: primeiramente as de classe A; em seguida as de classe B, verificando o integral reembolso da classe A; e, por fim, as da classe C, após o total reembolso das demais classes. As ações preferenciais de todas as classes participarão dos resultados em igualdade de condições entre si e com as ações ordinárias. Nas deliberações das Assembleias Gerais, a cada ação ordinária nominativa terá direito a um voto. Quando as ações preferenciais adquirirem direito de voto, conforme descrito a seguir, a cada ação corresponderá um voto. As ações preferenciais classe A terão direito a voto, conjuntamente com as ações ordinárias, para eleger o destituir o Diretor-Presidente. As ações preferenciais classe B terão direito a voto, conjuntamente com as ações ordinárias, para eleger ou destituir o Diretor de Operações. As ações preferenciais classe C terão direito de voto, conjuntamente com as ações ordinárias: a) para eleger o presidente e o secretário das Assembleias Gerais de acionistas; b) nas deliberações relativas a toda e qualquer alteração do estatuto social; c) nas deliberações sobre as matérias previstas no artigo 136 da Lei das Sociedades por Ações; d) nas deliberações sobre a dissolução, liquidação, impratização de concordata ou pedido de falência da Companhia e sobre a destinação dos lucros apurados em balanço; e) nas deliberações sobre matérias referidas nos artigos 18 e 21 do Estatuto da Companhia.									
a. Reservas legais - A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. É constituída de acordo com a lei das Sociedades por Ações (artigo 193) e pelo Estatuto Social da Companhia, que determina que o percentual de 5% do lucro líquido do exercício seja aplicado antes de qualquer destinação. O saldo da reserva legal não pode exceder o valor correspondente a 20% do capital social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 o montante da Reserva legal era de R\$ 88 correspondente ao limite de 20% do capital social da Companhia.									
16. Receita líquida									
Receita bruta		2024	2023						
(-) COFINS		111.088	114.169						
(-) PIS/CSRE		(8.443)	(8.677)						
Receita líquida		100.542	105.608						
As receitas são calculadas a partir dos valores de custos e despesas incorridos no período, somados a uma margem contratual de 5% sobre os custos operacionais e impostos (PIS/COFINS), conforme escritura pública estabelecida entre CBMM e CODEMIG e estatuto social da Companhia.									
17. Custos dos produtos vendidos									
A composição dos custos está assim representada:									
		2024	2023						
Custos c/locação de máq. e equipamentos (a)		(13.198)	(17.520)						
Custo com pessoal		(26.062)	(26.331)						
Custo com combustíveis e lubrificantes (b)		(11.877)	(14.339)						
Custos com participação em lucros e resultados		(3.932)	(3.320)						
Custo com serviço de terceiros (c)		(5.231)	(3.471)						
Custos com manutenção (d)		(2.462)	(1.552)						
Custos com análise de uso e consumo		(3.567)	(3.913)						
Custos com materiais e sondagens (e)		(16.213)	(13.628)						
Outros custos		(350)	(142)						
		(82.892)	(84.216)						
(a) A diminuição do gasto com locações está em linha com a menor movimentação de estéril no exercício. (b) O principal impacto no custo com combustíveis tem relação direta com a redução no preço do diesel e melhora na relação de consumo. (c) Serviços de hidrossemeadura- ra nas barragens e obras de drenagem realizadas nas pilhas de estéril. (d) Serviços									
panha mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.									
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor - A administração da Companhia é responsável por elaborar outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.									
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas” e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na									
panha mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.									
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor - A administração da Companhia é responsável por elaborar outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.									
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas” e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na									
panha mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.									
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor - A administração da Companhia é responsável por elaborar outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.									
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas” e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na									
panha mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.									
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor - A administração da Companhia é responsável por elaborar outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.									
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas” e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na									
panha mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.									
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor - A administração da Companhia é responsável por elaborar outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.									
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas” e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na									
panha mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.									
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor - A administração da Companhia é responsável por elaborar outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.									
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas” e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na									
panha mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.									
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor - A administração da Companhia é responsável por elaborar outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.									
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas” e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na									
panha mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.									
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor - A administração da Companhia é responsável por elaborar outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.									
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas” e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na									
panha mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.									
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor - A administração da Companhia é responsável por elaborar outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.									
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas” e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na									
panha mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.									
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor - A administração da Companhia é responsável por elaborar outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.									
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas” e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na									
panha mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.									
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor - A administração da Companhia é responsável por elaborar outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.									
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas” e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na									
panha mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.									
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor - A administração da Companhia é responsável por elaborar outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.									
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas” e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na									
panha mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.									
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor - A administração da Companhia é responsável por elaborar outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.									
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas” e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na									
panha mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.									
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor - A administração da Companhia é responsável por elaborar outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.									
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas” e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na									
panha mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.									
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor - A administração da Companhia é responsável por elaborar outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.									
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas” e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na									
panha mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.									
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor - A administração da Companhia é responsável por elaborar outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.									
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas” e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na									
panha mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.									
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor - A administração da Companhia é responsável por elaborar outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.									
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas” e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na									
panha mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.									
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor - A administração da Companhia é responsável por elaborar outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.									
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas” e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na									
panha mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.									
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor - A administração da Companhia é responsável por elaborar outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.									
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas” e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na									
panha mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.									
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor - A administração da Companhia é responsável por elaborar outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.									
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas” e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na									
panha mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.									
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor - A administração da Companhia é responsável por elaborar outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.									
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas” e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na									
panha mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.									
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor - A administração da Companhia é responsável por elaborar outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.									
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas” e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na									
panha mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa									

Companhia, terão prioridade no reembolso do capital, na seguinte ordem: primeiramente as de classe A; em seguida as de classe B, verificando o integral reembolso da classe A; e, por fim, as da classe C, após o total reembolso das demais classes. As ações preferenciais de todas as classes participarão dos resultados em igualdade de condições entre si e com as ações ordinárias. Nas deliberações das Assembleias Gerais, a cada ação ordinária nominativa caberá direito a um voto. Quando as ações preferenciais adquirirem direito de voto, conforme descrito a seguir, a cada ação corresponderá um voto. As ações preferenciais classe A terão direito a voto, conjuntamente com as ações ordinárias, para eleger ou destituir o Diretor-Presidente. As ações preferenciais classe B terão direito a voto, conjuntamente com as ações ordinárias, para eleger ou destituir o Diretor de Operações. As ações preferenciais classe C terão direito a voto, conjuntamente com as ações ordinárias: a) para eleger o presidente e o secretário das Assembleias Gerais de acionistas; b) nas deliberações relativas a toda e qualquer alteração do estatuto social; c) nas deliberações sobre as matérias previstas no artigo 136 da Lei das Sociedades por Ações; d) nas deliberações sobre a dissolução, liquidação, impetração de concordata ou pedido de falência da Companhia e sobre a destinação dos lucros apurados em balanço; e) nas deliberações sobre matérias referidas nos artigos 18 e 21 do Estatuto da Companhia.

a. Reservas Legal: A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. É constituída de acordo com a lei das Sociedades por Ações (artigo 193) e pelo Estatuto Social da Companhia, que determina que o percentual de 5% do lucro líquido do exercício seja aplicado antes de qualquer destinação. O saldo da reserva legal não pode exceder o valor correspondente a 20% do capital social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 o montante da Reserva legal era de R\$ 88 correspondente ao limite de 20% do capital social da Companhia.

16. Receita líquida

	2024	2023
Receita bruta	111.088	114.169
(-) COFINS	(8.443)	(8.677)
(-) PIS/PASEP	(1.833)	(1.885)
Receita líquida	100.812	103.608

As receitas são calculadas a partir dos valores de custos e despesas incorridos no período, somados a uma margem contratual de 5% sobre os custos operacionais e impostos (PIS/COFINS), conforme escritura pública estabelecida entre CBMM e CODEMIG e estatuto social da Companhia.

17. Custos dos produtos vendidos

A composição dos custos está assim representada:

	2024	2023
Custos c/locação de máq. e equipamentos (a)	(13.198)	(17.520)
Custo com pessoal	(26.062)	(26.331)
Custo com combustíveis e lubrificantes (b)	(11.877)	(14.339)
Custos com participação em lucros e resultados	(3.932)	(3.320)
Custo com serviço de terceiros (c)	(5.231)	(3.471)
Custos com manutenção (d)	(2.462)	(1.552)
Custos com material de uso e consumo	(3.567)	(3.913)
Custos com análises e sondagens (e)	(16.213)	(13.628)
Outros custos	(350)	(142)
	(82.892)	(84.216)

(a) A diminuição do gasto com locações está em linha com a menor movimentação de estéril no exercício. (b) O principal impacto no custo com combustíveis tem relação direta com a redução no preço do diesel e melhora na relação de consumo. (c) Serviços de hidrossemeadura nas barragens e obras de drenagem realizadas nas pilhas de estéril. (d) Serviços

de manutenção das pilhas de estéril, roçagem mecanizada e manual. (e) Gastos com campanha de análise e sondagem, com investigação geológica e geotécnica da mina, para avaliação de sua reserva e recurso. Em 2024 foi realizado maior número de amostragens.

18. Despesas administrativas e outras despesas operacionais

	2024	2023
Despesas com pessoal (a)	(6.583)	(6.666)
Despesas com serviços de terceiros (b)	(1.784)	(1.235)
Despesas c/participação em lucros e resultados	(1.235)	(1.075)
Despesas com sistemas e tecnologia	(980)	(733)
Provisão benefício pós emprego	423	(851)
Provisão e reversão de contingências	(1.681)	(1.520)
Outras despesas administrativas	(1.956)	(1.854)
	(13.798)	(13.934)

(a) Em 2024 tivemos colaboradoras com licença maternidade. (b) Serviços de consultoria relativos à Lei do Bem, e assessoria das certificações ISO (Nota 7).

19. Tributos sobre o lucro

Impostos de renda e contribuição social do exercício

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2024, a Companhia optou pelo regime de Lucro Real Anual com recolhimento de antecipações mensais. Os impostos sobre a renda são calculados com base no lucro tributável que em decorrência da legislação vigente difere do lucro contábil devido a ajustes requeridos.

	2024	2023
Resultado antes do IR e contribuição social	5.296	6.680
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e Contribuição calculados	(1.801)	(2.271)
conforme alíquota nominal	(1.801)	(2.271)
Efeito das Adições (exclusões) permanentes:		
Despesas não dedutíveis	(999)	(1.683)
Exclusão Lei do Bem	1.524	2.888
Incentivos PAT	-	36
Despesa efetiva de IR e contribuição social	(1.275)	(1.030)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.145)	(2.077)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(130)	1.047
Taxa efetiva (%)	22%	31%

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui impostos de renda e contribuição social diferidos ativos decorrentes unicamente das provisões para contingências reconhecidas. Na referida data, não há saldo prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social acumulados.

Impostos de renda e contribuição social diferidos

	Provisões trabalhistas	Benefícios pós emprego	Provisão PLR	Total
Em 31 de dezembro de 2023	2.632	1.998	1.494	6.124
Credito/Débito a demonstração de resultado	526	(565)	(91)	(130)
Em 31 de dezembro de 2024	3.158	1.433	1.402	5.993

20. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, sendo que a Companhia não possui ações ordinárias com potenciais com efeitos diluidores, assim o quadro abaixo representa tanto o lucro básico quanto o diluído:

	2024	2023
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	4.021	5.650
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	367.200	367.200
Lucro básico e diluído p/ação (R\$/1.000 ações)	10,95	15,39

21. Transações com partes relacionadas

Conforme descrito na Nota 1, a Companhia é uma “joint venture” cons-

elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para pla-

tituída pela CBMM e CODEMIG. Os principais saldos ativos e passivos, assim como transações que influenciaram o resultado do período, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de operações com empresas ligadas, suas controladoras em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, estão abaixo relacionadas:

	2024	2023		
Ativo				
Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM (Nota 4.1)	-	3.310	3.310	
	-	-	-	
	2024	2023		
Passivo				
Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM	Forne- cedores (Nota 10)	Divide- dos a pg (Nota 13)	Forne- cedores (Nota 10)	Dividen- dos a pg (Nota 13)
Cia Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG	292	1.970	409	2.769
Associação dos Funcionários da CBMM - AFCBMM	-	2.050	-	2.882
	175	-	168	-
	467	4.020	577	5.650
	2024	2023		
Resultado				
Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM	Vendas (Nota 16)	Compras (Nota 16)	Vendas (Nota 16)	Compras (Nota 16)
Associação dos Funcionários da CBMM - AFCBMM	111.088	4.199	114.169	4.338
	-	2.386	-	2.507
	111.088	6.585	114.169	6.845

As vendas da Companhia são todas realizadas para a CBMM. Em 28 de abril de 1989, por meio de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi definido que o preço de venda do minério seria o custo da extração acrescido de 5% (cinco por cento), mais as despesas administrativas e tributárias. As compras estão relacionadas principalmente aos contratos de arrendamento mercantil operacional, onde a Companhia arrenda junto a CBMM equipamentos de mineração para a extração do minério. O último contrato foi firmado em 6 de junho de 2013, com prazo de 1 ano, no entanto são firmados termos aditivos para postergação do prazo de vencimento anualmente, o aditivo do contrato atualmente vigente tem prazo final em junho de 2026.

Arrendamento do direito de lavra: A Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia - CBMM e a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG são as titulares do direito minério, protocolado sobre os DNPMs 035.102/46, 800.546/73 e 800.547/73, para exploração de pirocloro numa localidade denominada Barreiro, no município de Araxá/MG. Em 28 de setembro de 1972 e 24 de julho de 1973, a CODEMIG e a CBMM concederam à COMIPA os arrendamentos dos direitos de lavra, dos quais são titulares. Os arrendamentos têm prazo de 30 anos, prorrogáveis por mais outros 30 anos. Atualmente o acordo vigora até 24 de julho de 2023. Pelo acordo, ficou definido o pagamento anual de R\$ 4 para a CODEMIG e R\$ 4 para a CBMM.

Remuneração do pessoal chave da administração: O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	2024	2023
Honorários diretoria	(354)	(239)
Honorários conselho fiscal	(28)	(22)
	(382)	(261)

WAGNER DE FREITAS OLIVEIRA - Diretor Presidente	
ROGERIO CONTATO GUIMARÃES - Diretor de Operações	
RODRIGO LAERT PAULISTA - Contador CRC 091287/O-MG	

nearmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 31 de março de 2025

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027654/T-4
Mateo Franco Botelho
Contador CRC 1SP249995/O-8



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser
conferida ao lado



A PUBLICAÇÃO ACIMA FOI ASSINADA E CERTIFICADA DIGITALMENTE NO DIA 11/04/2025



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para
acessar a página de **Publicações Legais** no portal do
Jornal Estado de Minas. Acesse também através do link:
<https://publicidadelegal.em.com.br/wp-content/uploads/2025/04/BALANCO-EM-COMIPA-11-04-2025.pdf>

